



1º SIMULADO DIREITO CONSTITUCIONAL

G GRAN CURSOS
ONLINE



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um e-mail para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no e-mail, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um e-mail com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo e-mail e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o e-mail:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para retornar a respeito.

Desejamos uma excelente prova!

DIREITO CONSTITUCIONAL

(ARAGONÊ FERNANDES)

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

1. Pode a autoridade policial determinar o uso de algemas quando demonstrado perigo à integridade física do acusado, ou em caso de resistência e de risco fundado de fuga.
2. A teoria da reserva do possível justifica a negativa estatal no fornecimento de medicamentos necessários à manutenção da vida do cidadão ou de leitos em UTI.
3. Embora a CF assegure que a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, admite-se a relativização da coisa julgada quando outro princípio constitucional em confronto demonstrar maior envergadura.
4. Em observância ao princípio da reserva legal, o STF reconheceu a omissão legislativa no tocante à criminalização de práticas de homofobia e transfobia, mas deixou de enquadrar a conduta como delito penal até que venha lei formal editada pelo Congresso Nacional.
5. A igualdade material justifica a admissão do casamento e da união estável homoafetiva.
6. O cancelamento da naturalização, em virtude de decisão judicial transitada em julgado na qual se reconheça atividade nociva ao interesse nacional, autoriza a cassação de direitos políticos.

No tocante ao Poder Judiciário e às competências dos Tribunais, julgue os itens que se seguem.

7. Compete originariamente ao STF julgar ações contra o Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
8. Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário que aplica a técnica da interpretação conforme a Constituição.

No tocante aos princípios fundamentais, julgue os itens.

9. Há violação à teoria dos freios e contrapesos na hipótese de lei estadual prever que todas as desapropriações feitas pelo Executivo sejam submetidas à aprovação da Assembleia Legislativa.

- 10.** A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a soberania e a concessão de asilo político são princípios fundamentais previstos no texto constitucional.

Quanto às disposições gerais e competências dos órgãos do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 11.** Compete originariamente ao STF julgar mandado de segurança impetrado contra ato de Ministro de Estado.
- 12.** Ao Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário, cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como dos deveres funcionais dos seus membros.
- 13.** A criação do órgão especial é autorizada nos Tribunais com mais de 25 membros. Esse órgão substituirá o plenário nas funções administrativas, mas não jurisdicionais.
- 14.** A regra do quinto constitucional se aplica ao Tribunal Superior do Trabalho, aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não se estendendo ao Superior Tribunal Militar ou ao Superior Tribunal de Justiça.

No tocante à ordem econômica, julgue os itens, considerando o texto constitucional e a jurisprudência do STF.

- 15.** A elaboração do plano diretor de ordenamento territorial, a ser aprovado pela câmara Municipal, é obrigatória para cidades com mais de vinte mil habitantes.
- 16.** Cabe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos. A exigência de licitação é dispensada nos casos de permissão e necessária para as concessões.
- 17.** Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

Julgue os itens adiante relacionados quanto às funções essenciais à Justiça.

- 18.** A Defensoria Pública tem legitimidade para atuar na tutela coletiva, podendo ajuizar ação civil pública e promover o inquérito civil, em concorrência com o Ministério Público.
- 19.** Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

- 20.** Com base na garantia da vitaliciedade, mantém-se o foro por prerrogativa de função de Magistrados e de membros do Ministério Público mesmo após a aposentadoria.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais e também sobre o meio ambiente, julgue o item que se segue.

- 21.** Embora a regra seja o cabimento do *habeas corpus* para beneficiar apenas pessoas naturais, a orientação atual do STF é no sentido de ser possível a sua impetração para buscar o trancamento da ação penal instaurada para apurar crimes ambientais imputados ao ente moral.

Julgue os itens a seguir relativos à Segurança Pública.

- 22.** Consoante recente manifestação do STF, é legítima a atuação tanto do Ministério Público quanto da autoridade policial na celebração de acordo de colaboração premiada.

- 23.** Embora a Constituição atribua à Polícia Federal a tarefa de exercer, com exclusividade, a função de polícia judiciária da União, o STF reconhece que o Ministério Público também pode investigar e presidir inquérito policial.

No tocante à Ordem Social, analise os itens que se seguem.

- 24.** Sobre a receita do concurso de prognósticos incide contribuição social destinada a custear a seguridade social.

- 25.** Os índios possuem o uso e a fruição das terras que tradicionalmente ocupam, mas essas terras pertencem à União.

- 26.** O conceito de entidade familiar abrange a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, a chamada família monoparental.

No que se refere às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

- 27.** Nas garantias conferidas aos membros do Ministério Público insere-se a inamovibilidade, prerrogativa que não pode ser afastada e que será adquirida após dois anos de efetivo exercício.

- 28.** O Ministério Público, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, tem como função a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.

29. Embora não haja relação de subordinação direta entre o Executivo e a Defensoria Pública, o STF entende pela regularidade de procedimento de Governador de Estado que promove cortes no orçamento da Defensoria Pública e que a insere dentro da estrutura da Secretaria de Estado da Justiça.

30. Segundo orientação do STF, o Ministério Público é dotado dos chamados poderes constitucionais implícitos, podendo fazer investigações e presidir o inquérito policial.

Julgue o item seguinte relativo à Ordem Social.

31. A saúde é direito de todos e dever do Estado e suas ações e serviços devem ser executados diretamente pelo Poder Público ou por meio de terceiros privados, desde que sejam entidades sem fins lucrativos.

A segurança pública é tratada no artigo 144 da Constituição e está inserida dentro do Título “Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”. Sobre esse tema, julgue os itens a seguir.

32. Às polícias civis, dirigidas por Delegados de Polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

33. De acordo com o entendimento do STF, as Constituições Estaduais não podem estabelecer foro especial aos Delegados de Polícia.

34. Segundo a CF, os corpos de bombeiros militares e as polícias militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

35. Dentro da sistemática atinente aos precatórios, os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou a requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

Considerando as disposições constitucionais relativas aos remédios constitucionais, bem como à sua interpretação jurisprudencial, julgue os itens.

36. É cabível a impetração de mandado de segurança contra ato de gestão negocial praticado por entidade da Administração Indireta que explore atividade econômica.

- 37.** As associações somente podem impetrar mandado de segurança coletivo na defesa dos associados mediante autorização específica dos integrantes da categoria.

Julgue os itens a seguir apresentados atinentes à segurança pública.

- 38.** Às polícias civis compete o policiamento ostensivo e a apuração de infrações penais, salvo as militares, além de exercer a polícia judiciária, excetuada a polícia judiciária da União.
- 39.** Compete à Polícia Federal o patrulhamento marítimo, aeroportuário e de fronteiras.
- 40.** Em observância ao preceito fundamental de que cabe à Polícia Federal e à Polícia Civil o exercício das funções de polícia judiciária, o STF recentemente mudou sua orientação, para afirmar a impossibilidade de o Ministério Público investigar.
- 41.** Cabe à União legislar sobre questões remuneratórias atinentes à PM/DF, à PC/DF, à PP/DF e ao CBM/DF.

Considerando as regras relativas aos direitos sociais e da nacionalidade, julgue os itens a seguir.

- 42.** É proibido o trabalho noturno, perigoso, insalubre e penoso a menores de dezoito anos e qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 43.** Entre brasileiros natos e naturalizados só podem ser feitas as diferenciações baseadas na CF e na lei.
- 44.** O aviso prévio é assegurado aos trabalhadores urbanos e estendido aos domésticos, proporcional ao tempo de trabalho, sendo de no mínimo trinta dias, nos termos da lei.
- 45.** Viola a regra do sigilo das votações a lei que impõe a impressão do voto nas eleições gerais, mesmo que mantido o sistema implementado pelas urnas eletrônicas.
- 46.** Destoa da CF a figura denominada “prefeito itinerante”.

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, julgue os itens que se seguem.

- 47.** É possível a extradição de brasileiro naturalizado, por crimes de tráfico de drogas e equiparados a hediondos, praticados antes ou depois da naturalização.

48. Não há ilegalidade em procedimento policial no qual haja ingresso em domicílio, durante a noite, quando os indícios da ocorrência de crime decorrem da existência de cheiro de droga vindo da residência.

Acerca dos direitos sociais, analise os itens apresentados adiante.

49. A teoria do mínimo existencial se contrapõe à ideia da reserva do possível, impondo que o Estado implemente direitos sociais sem poder invocar restrições orçamentárias e financeiras.

50. A EC n. 72/2013 veio para corrigir uma injustiça histórica com os trabalhadores domésticos, dando-lhes os mesmos direitos dos demais trabalhadores urbanos e rurais.

No tocante às Funções Essenciais à Justiça, julgue os itens.

51. Os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública gozam da garantia da vitaliciedade, não estendida aos membros da Advocacia Pública.

52. São princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

53. O cargo de Advogado-Geral da União é ocupado por integrantes da carreira, escolhidos pelo Presidente da República, exigindo-se a idade mínima de 35 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada.

54. São funções institucionais do Ministério Público promover privativamente a ação penal pública e prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, na forma da lei.

Julgue o item que se segue relativo aos direitos e às garantias fundamentais e à sua interpretação conforme a orientação jurisprudencial dominante.

55. Tratados internacionais que não sejam aprovados em dois turnos, por três quintos de votos do Congresso Nacional, são incorporados no ordenamento jurídico brasileiro com status supralegal, não importando o conteúdo neles constante.

56. Na atualidade, o STF adota a teoria concretista em relação aos efeitos da decisão proferida no mandado de injunção.

57. A dimensão horizontal orienta a aplicação dos direitos fundamentais na relação entre particulares, como é o caso da exclusão de associado de uma associação.

No tocante aos direitos sociais, aos direitos políticos, aos partidos políticos e aos direitos da nacionalidade, analise os itens que se seguem.

- 58.** O cargo de Oficial da Polícia Militar é privativo de brasileiro nato.
- 59.** O transporte é direito social previsto na CF desde a sua origem.
- 60.** O rompimento do vínculo conjugal antes de iniciado o mandato eletivo não afasta a inelegibilidade reflexa.

PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO

(WELLINGTON ANTUNES)

- 61.** No Senado Federal, cada legislatura tem a duração de oito anos.
- 62.** É dispensável licença, autorização ou referendo do Congresso Nacional para que o Presidente da República se ausente do país por mais de quinze dias.
- 63.** A CF poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
- 64.** É competência privativa do Presidente da República referendar tratados, convenções e atos internacionais.
- 65.** É viável a extinção de órgãos públicos por meio de decreto do Presidente da República na hipótese de redução de despesa para a União.
- 66.** Tanto em casos de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o Presidente da República.
- 67.** A atuação das comissões parlamentares de inquérito insere-se no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo, considerada função típica desse Poder.
- 68.** As comissões parlamentares de inquérito criadas no âmbito das câmaras municipais possuem os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais, inclusive para determinar a condução coercitiva de eventuais investigados, para fins de interrogatório.

- 69.** Deputados Estaduais e Vereadores gozam de imunidade material somente no exercício do mandato e na circunscrição do município sede do Poder Legislativo do qual são integrantes.
- 70.** A quebra de sigilo bancário e a quebra de sigilo fiscal são medidas compreendidas na esfera de competência das CPIs instauradas pelo Congresso Nacional.
- 71.** Vereadores só poderão ser presos se em flagrante de crime inafiançável.
- 72.** Compete privativamente ao Senado Federal avaliar periodicamente o desempenho das administrações tributárias dos municípios.
- 73.** Caso pratique crime de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso das suas funções após a Câmara dos Deputados autorizar o processo por dois terços de seus membros.
- 74.** Ato normativo publicado pelo Presidente da República e cujo conteúdo exorbite do poder de regulamentar poderá ser sustado pelo Congresso Nacional.
- 75.** É competência discricionária e unilateral do Presidente da República permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou que nele permaneçam temporariamente.
- 76.** Os chefes de missão diplomática de caráter permanente, indicados pelo Presidente da República, devem ser aprovados pelo Senado Federal por voto secreto, após arguição em sessão secreta.
- 77.** O Poder Executivo é um órgão pluripessoal exercido pelo Presidente e pelo Vice-Presidente da República e pelos Ministros de Estado.
- 78.** O número de Deputados e de Senadores é definido em lei de acordo com o número de habitantes de cada Estado e do Distrito Federal.
- 79.** A Constituição Federal de 1988 prevê que atos do Presidente da República contra probidade na administração são crimes de responsabilidade.
- 80.** A concessão de indulto é competência indelegável do Presidente da República.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(WESLEI MACHADO)

- 81.** O Município de Fundão/ES integra a região metropolitana da Grande Vitória, instituída pelo Estado de Vitória por meio da Lei Complementar Estadual n. 58/1995. A inclusão compulsória de municípios em regiões metropolitanas viola a autonomia municipal, pois retira a capacidade de autoadministração.
- 82.** Admite-se a fixação do número de Vereadores ou a definição de critérios para a sua fixação por meio de normas previstas na Constituição Federal ou nas Constituições Estaduais, já que a autonomia municipal se sujeita à observância de princípios constitucionais federais e estaduais.
- 83.** No processo de desmembramento de um Estado-membro, deve-se realizar consulta plebiscitária com a participação da população da área diretamente afetada, sendo desnecessária a oitiva do povo da área remanescente.
- 84.** As ilhas oceânicas e costeiras são considerados bens da União, ainda que contenham sede de municípios.
- 85.** O Estado do Rio Grande do Sul editou lei com previsão de isenção do dever de pagamento do consumo de energia elétrica e de água pelo período de seis meses para trabalhadores desempregados. Diante da situação de excepcionalidade das pessoas titulares do direito de isenção, esse diploma normativo expedido pelo Rio Grande do Sul deve ser considerado constitucional.
- 86.** A competência legislativa para tratar sobre vencimentos dos membros das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal é do Distrito Federal, dada a sua capacidade de auto-organização.
- 87.** A competência legislativa sobre o transporte intermunicipal foi atribuída aos municípios, dado seu caráter de serviço público de interesse local, não cabendo aos Estados-membros dispor a seu respeito.
- 88.** Prescinde-se de previsão na Constituição Estadual para que, no âmbito dos Estados-membros, seja possível a edição de medidas provisórias pelos Governadores dos estados, desde que respeitados os princípios e as limitações impostas pelo modelo adotado pela Constituição Federal.

- 89.** O estado de Pernambuco possui vinte de cinco Deputados Federais. Considerada essa premissa e as disposições constitucionais sobre a fixação do número de membros das casas legislativas estaduais, pode-se afirmar que o estado de Pernambuco possui cinquenta deputados estaduais.
- 90.** Nos Estados-membros em que haja até duzentos mil eleitores, considera-se eleito o candidato a Governador que obtiver a maioria dos votos em turno único de votação.
- 91.** Os Vereadores possuem imunidade por suas palavras, opiniões e votos, desde que nos limites do território do município e que haja pertinência com o exercício do mandato.
- 92.** O estabelecimento das regras de sucessão do Prefeito e do Vice-Prefeito é de competência exclusiva dos municípios, não se admitindo que as Constituições Estaduais disponham sobre essa matéria.
- 93.** Admite-se a extinção de tribunal de contas, responsável pela fiscalização dos municípios, onde houver, por meio de emenda à Constituição Estadual.
- 94.** O Distrito Federal possui competências próprias dos Estados-membros dos municípios, de forma cumulativa, mas algumas de suas instituições são organizadas e mantidas pela União e parte dos serviços públicos de sua competência também recebem financiamento federal.
- 95.** Os Estados-membros não podem ampliar ou restringir as hipóteses de intervenção em municípios previstas na Constituição Federal.
- 96.** O controle da legalidade, da extensão, do cumprimento das condições e da existência de hipóteses autorizativas para a decretação da intervenção estadual realizada pelo Poder Legislativo não autoriza a submissão do interventor escolhido pelo Governador do Estado à realização de uma sabatina.
- 97.** Salomão, Prefeito Municipal, nomeou seu tio, parente em terceiro grau, diplomado em curso de nível superior em Ciências Econômicas, para o exercício do cargo de Secretário Municipal de Fazenda. Nesse caso, apesar da relação de parentesco, não há que se falar em nepotismo.
- 98.** Jezabel figura como ré em processo penal pela prática de crime contra a Administração Pública. Tal circunstância, em caso de ausência de previsão constitucional ou legal, não constitui motivo para impedir Jezabel de participar de concursos públicos.

- 99.** Roboão, servidor público ocupante de cargo efetivo no município de Crateús/CE, foi eleito para o cargo de Deputado Estadual. Nesse caso, ainda que haja compatibilidade de horários, Roboão será afastado de seu cargo público.
- 100.** A participação de servidor público, ainda em estágio probatório, em movimento grevista por período superior a trinta dias, não constitui motivo para a demissão.

GABARITO

1. C	21. E	41. C	61. E	81. E
2. E	22. C	42. E	62. E	82. E
3. C	23. E	43. E	63. E	83. E
4. E	24. C	44. C	64. E	84. E
5. C	25. C	45. C	65. E	85. E
6. E	26. C	46. C	66. C	86. E
7. E	27. E	47. E	67. C	87. E
8. C	28. E	48. C	68. E	88. E
9. C	29. E	49. C	69. E	89. E
10. C	30. E	50. E	70. C	90. E
11. E	31. E	51. E	71. E	91. C
12. E	32. E	52. C	72. C	92. C
13. E	33. C	53. E	73. E	93. C
14. C	34. C	54. E	74. C	94. C
15. C	35. C	55. E	75. E	95. C
16. E	36. E	56. C	76. C	96. C
17. C	37. E	57. C	77. E	97. C
18. E	38. E	58. E	78. E	98. C
19. C	39. C	59. E	79. C	99. C
20. E	40. E	60. E	80. E	100. C



NESSA PEGADINHA VOCÊ NÃO CAI MAIS!

*Pratique os truques de cada
banca e fique mais próximo
da sua aprovação.*

No Gran Cursos Questões, você encontra todas essas questões e muito mais. Se você já é nosso assinante, vá até a Área do Aluno, em nossa plataforma, e clique em QUESTÕES.

Se ainda não é nosso assinante, acesse diretamente pelo site no endereço <https://questoes.grancursosonline.com.br>



GABARITO COMENTADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

(ARAGONÊ FERNANDES)

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

1. Pode a autoridade policial determinar o uso de algemas quando demonstrado perigo à integridade física do acusado, ou em caso de resistência e de risco fundado de fuga.

Certo.

O item cobra conhecimentos relativos à Súmula Vinculante n. 11, cabendo lembrar do mne-mônico PRF (Perigo, Resistência e Fuga).

2. A teoria da reserva do possível justifica a negativa estatal no fornecimento de medicamentos necessários à manutenção da vida do cidadão ou de leitos em UTI.

Errado.

Nesse caso, a teoria da reserva do possível será afastada pela incidência de outra, a do mínimo existencial. Aquele mínimo necessário para o cidadão ter uma vida digna não pode ser negado pelo Estado.

3. Embora a CF assegure que a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, admite-se a relativização da coisa julgada quando outro princípio constitucional em confronto demonstrar maior envergadura.

Certo.

A coisa julgada está ligada à segurança jurídica. Havendo choque entre mandamentos constitucionais, a solução passará pela ponderação de interesses. Assim, por exemplo, a coisa julgada pode ser relativizada para fazer prevalecer o direito de a criança saber quem é seu pai (conhecimento da ancestralidade), em respeito à dignidade da pessoa humana.

4. Em observância ao princípio da reserva legal, o STF reconheceu a omissão legislativa no tocante à criminalização de práticas de homofobia e transfobia, mas deixou de enquadrar a conduta como delito penal até que venha lei formal editada pelo Congresso Nacional.

Errado.

Realmente foi reconhecida a omissão legislativa. No entanto, até que venha a lei em sentido formal, a homofobia e a transfobia foram enquadradas como racismo.

5. A igualdade material justifica a admissão do casamento e da união estável homoafetiva.

Certo.

O STF, invocando entre outros o princípio da igualdade, passou a admitir uniões entre pessoas do mesmo sexo.

6. O cancelamento da naturalização, em virtude de decisão judicial transitada em julgado na qual se reconheça atividade nociva ao interesse nacional, autoriza a cassação de direitos políticos.

Errado.

Nesse caso teremos a perda dos direitos políticos. Não existe cassação.

No tocante ao Poder Judiciário e às competências dos Tribunais, julgue os itens que se seguem.

7. Compete originariamente ao STF julgar ações contra o Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

Errado.

O STJD e o TJD não fazem parte do Poder Judiciário. Ação contra eles, em regra, tramitará a partir da 1ª instância. Aproveito para chamar a sua atenção para o raciocínio de que o processo deve começar, na maior parte das vezes, lá na base, tendo em vista que há cerca de 20 mil juízes e apenas 11 ministros do STF.

8. Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário que aplica a técnica da interpretação conforme a Constituição.

Certo.

A cláusula de reserva de plenário está no artigo 97 da CF. Ela dispõe que, nos Tribunais, a decisão de inconstitucionalidade (juízo negativo de constitucionalidade) deve ser proferida pela maioria absoluta dos membros do Tribunal ou do órgão especial, se houver.

Ela fez surgir a Súmula Vinculante n. 10, segundo a qual viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário (turma, câmara ou seção) que, sem declarar expressamente a inconstitucionalidade da norma, afaste a sua aplicação no caso concreto.

Acontece que no item se falou na técnica da interpretação **conforme** a Constituição. Ou seja, o órgão fracionário diz que, diante das possibilidades de significado do texto questionado, aquele determinado estaria em compatibilidade (conformidade) com a Constituição.

Em outras palavras, os julgadores falavam que era constitucional naquele olhar. Daí, para dizer que a norma é boa, não precisa mandar para o Plenário ou órgão especial (se houver). A própria turma ou câmara pode fazer isso.

No tocante aos princípios fundamentais, julgue os itens.

9. Há violação à teoria dos freios e contrapesos na hipótese de lei estadual prever que todas as desapropriações feitas pelo Executivo sejam submetidas à aprovação da Assembleia Legislativa.

Certo.

O item corresponde à jurisprudência do STF. A tarefa de desapropriar cabe prioritariamente ao Executivo, de modo que a lei estadual feriria a separação de Poderes.

10. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a soberania e a concessão de asilo político são princípios fundamentais previstos no texto constitucional.

Certo.

O item mescla um objetivo fundamental (artigo 3º), um fundamento (artigo 1º) e um princípio nas relações internacionais (artigo 4º), mas todos estão inseridos dentro do Título I da CF, que abrange os artigos 1º a 4º, o qual se chama Princípios Fundamentais.

Quanto às disposições gerais e competências dos órgãos do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

11. Compete originariamente ao STF julgar mandado de segurança impetrado contra ato de Ministro de Estado.

Errado.

A competência para julgar MS, HD e HC impetrados contra ato de Ministro de Estado (ele é a autoridade coatora) pertence originariamente ao STJ, conforme artigo 105, I, "b" e "c", da Constituição Federal.

12. Ao Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário, cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como dos deveres funcionais dos seus membros.

Errado.

O CNJ é listado no artigo 92 da Constituição como um dos órgãos do Poder Judiciário. Assim, ele faz controle interno, e não externo.

13. A criação do órgão especial é autorizada nos Tribunais com mais de 25 membros. Esse órgão substituirá o plenário nas funções administrativas, mas não jurisdicionais.

Errado.

O órgão especial substitui o plenário tanto nas funções jurisdicionais quanto nas administrativas. Ele terá metade dos membros escolhidos por antiguidade e a outra metade, por eleição.

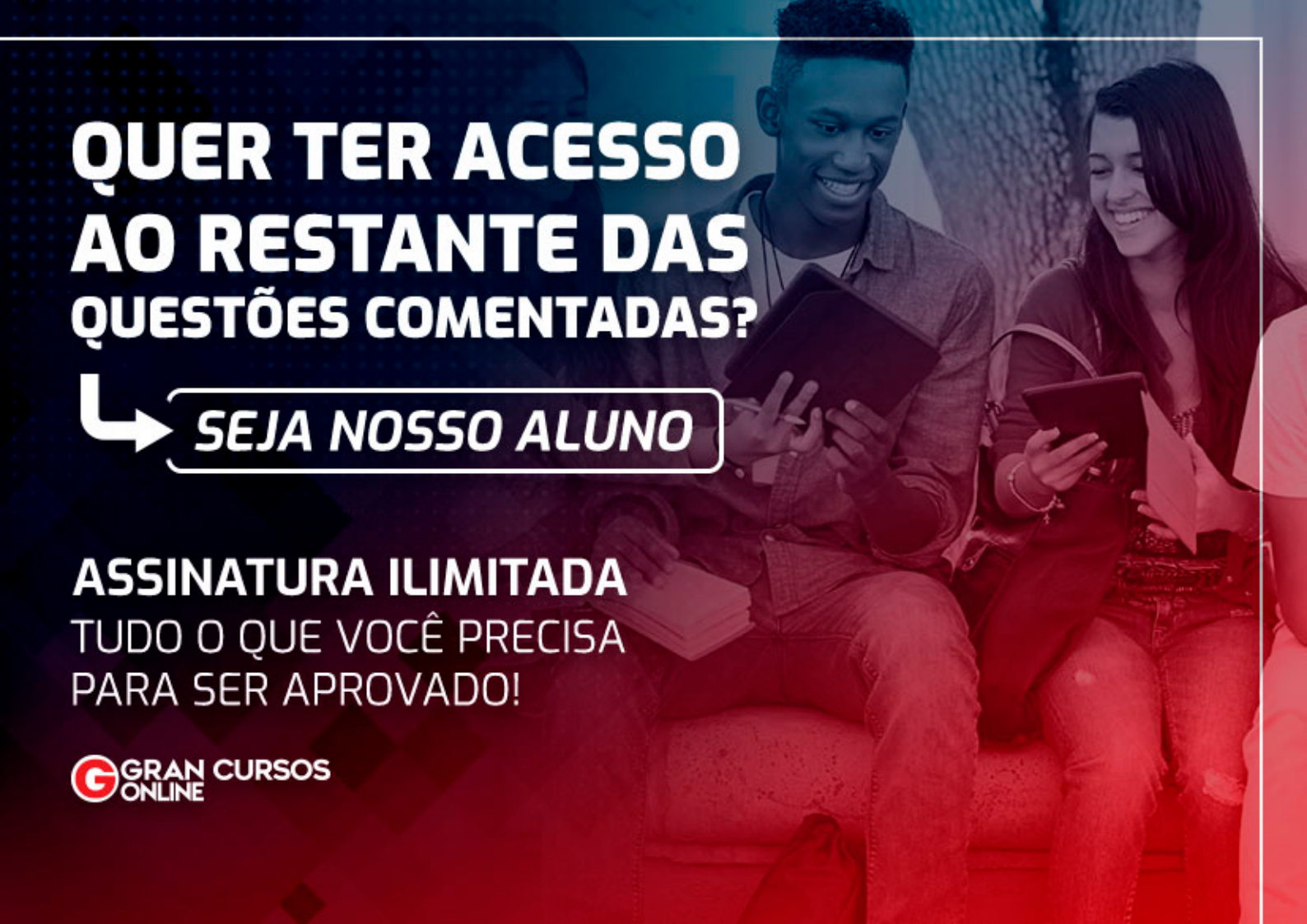
14. A regra do quinto constitucional se aplica ao Tribunal Superior do Trabalho, aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não se estendendo ao Superior Tribunal Militar ou ao Superior Tribunal de Justiça.

Certo.

A regra do quinto constitucional estende-se apenas para o TST, TRTs, TRFs e TJs, não alcançando o STM e o STJ.

Quanto ao STJ, existe a regra do terço constitucional, sendo 1/3 das vagas preenchido por membros do MP e da OAB.

No STM, são 15 Ministros, sendo 10 Militares e 5 Cíveis. Entre os Cíveis, há três advogados, um membro do MP Militar e um Juiz Auditor Militar.



**QUER TER ACESSO
AO RESTANTE DAS
QUESTÕES COMENTADAS?**

 **SEJA NOSSO ALUNO**

ASSINATURA ILIMITADA
TUDO O QUE VOCÊ PRECISA
PARA SER APROVADO!